

anti— ~~capitalista~~

Abril



' e agora

Cinquenta anos desde o 25 de Abril de 1974, um marco histórico que ressoa no nosso imaginário, como um farol de esperança e liberdade. Neste aniversário, não podemos simplesmente olhar para trás com melancolia, é essencial que façamos uma introspeção profunda sobre o presente para construir o futuro da nossa sociedade, que é já amanhã.

Ver Abril por dentro e Abril por fora. Este é o momento de contemplar não só o Abril festivo, mas também o Abril de lamento, o Abril que ri e chora. É o momento de reconhecer que Abril é tanto uma celebração como uma jornada contínua, uma constante revolução. Sempre.

O 25 de Abril não foi apenas uma mudança de regime político, foi uma rutura profunda com o autoritarismo e a opressão que voltam a espreitar, espremidas para fora da sombra pela falta de respostas concretas aos problemas da habitação, da saúde, da incerteza. Trazidas em ombros por uma comunicação social sempre pronta a favorecer o poder e a pisar os seus trabalhadores. Após cinco décadas de democracia, ainda enfrentamos desafios significativos. A persistência das desigualdades sociais, económicas e políticas é uma lembrança constante de que a luta está longe de terminar.

Abril de Sim Abril de Não

Eu vi Abril por fora e Abril por dentro
vi o Abril que foi e o Abril de agora
eu vi Abril em festa e Abril lamento
Abril como quem ri como quem chora.

Eu vi chorar Abril e Abril partir
vi o Abril de sim e Abril de não
Abril que já não é Abril por vir
e como tudo o mais contradição.

Vi o Abril que ganha e Abril que perde
Abril que foi Abril e o que não foi
eu vi Abril de ser e de não ser.

Abril de Abril vestido (Abril tão verde)
Abril de Abril despido (Abril que dói)
Abril já feito. E ainda por fazer.”

Manuel Alegre, em “Chegar aqui”, 1984.

Os cravos vermelhos que floresceram nos canos das espingardas tornaram-se um símbolo poderoso de resistência pacífica e da aspiração por um futuro melhor, um futuro de abril de Abril vestido. Esse futuro será apenas conseguido pelo combate por e de uma força unitária em torno de causas comuns e fundamentais. É hora de nos unirmos novamente em solidariedade. A determinação e a luta que caracterizou aqueles que marcharam e encheram as ruas de Lisboa e de todo o país tem de estar presente face aos desafios atuais, sejam eles o autoritarismo, o machismo, o racismo ou as desigualdades.

Neste aniversário do 25 de Abril, renovemos o nosso compromisso com os ideais que inspiraram a revolução. Devemos encarar as verdades difíceis e as lacunas que ainda persistem para traçar o nosso caminho. Este não é apenas um momento de celebração, é tempo de ação para quem acredita num mundo onde todas as pessoas tenham a sua voz e uma vida digna.

Portanto, enquanto celebramos o Abril que foi, não podemos esquecer que o verdadeiro tributo a esta data histórica está na nossa capacidade de sonhar e construir um futuro melhor. De superar os desafios que enfrentamos e avançar em direção a um amanhã onde os princípios da liberdade, da justiça e da igualdade sejam plenamente realizados. Que este aniversário seja mais do que uma mera celebração do passado. Que seja a centelha que incendeia um fogo de mudança. Que seja um dia para lembrar o Abril já feito, sim, mas, principalmente, um dia para sonhar o Abril ainda por fazer.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial

3 Nacional

Portugal: viragem à direita num contexto de instabilidade

5 Jornalismo

O 14M do jornalismo português

7 Trabalho

A greve fecha o tasco

8 Sugestões Culturais

Dossiê | A arte da Revolução

Catarina Martins

Jorge Costa

Akssana Silva

Hugo Monteiro

José Miguel Ricardo

Ficha Técnica

Conselho Editorial

Alda Sousa

Ana Feijão

Andrea Peniche

Andreia Galvão

Daniel Borges

Francisco Louçã

Hugo Monteiro

Inês Sena

João Bernardo Narciso

José Miguel Ricardo

Leonor Figueiredo

Marco Marques

Patrícia Felício

Paulo Ferreira

Design Gráfico e Ilustração

Duarte Santos

Participaram nesta edição

Akssana Silva

Aline Flor

Andrea Peniche

Catarina Martins

Hugo Monteiro

Jorge Costa

José Miguel Ricardo

Patrícia Felício

Portugal: viragem à direita num contexto de instabilidade

escrito por *Andrea Peniche*

Depois de uma noite de emoções instáveis, a coligação de direita, a Aliança Democrática, superou o Partido Socialista por uma pequena margem de 51 mil votos e apenas dois assentos parlamentares (antes de terem sido contados os votos para os quatro deputados dos círculos da Europa e Fora da Europa). O centro, o PS, perdeu meio milhão de votos (de 41,4% para 28,7%) após oito anos de governo e admitiu a derrota. A direita tradicional e conservadora, os liberais e a extrema-direita somam 135 dos 230 assentos parlamentares.

A extrema-direita foi catapultada de 12 para 46 assentos parlamentares (18%), sendo a grande beneficiária destas eleições. À esquerda, os resultados são contraditórios: a CDU perdeu dois dos seus seis deputados (3,3%), o Bloco de Esquerda aumentou ligeiramente a sua votação (de 4,4% para 4,5%), reelegendo os seus cinco deputados, e o Livre aumentou a sua representação de 1 para 4 deputados (3,3%). Globalmente, o centro e a esquerda obtiveram 40% dos votos, um dos resultados mais baixos em muitos anos, e a direita e a extrema-direita obtiveram 60% dos votos, com forte crescimento desta última. Estes resultados antecipam um governo instável e uma extrema-direita insuflada. Para a esquerda, os desafios são difíceis.

A derrota do PS e a crise social

Para explicar a derrota do PS, é preciso resumir uma longa história. O Partido Socialista governa há nove anos, desde 2015. Nessa altura, Portugal estava a sair de um plano de austeridade devastador, imposto pela troika BCE, FMI e Comissão Europeia desde a crise da dívida de 2011. Apesar da grande oposição social a essas medidas empobrecedoras, a coligação de direita obteve mais votos e mandatos do que o PS em 2015, embora tenha perdido o controlo do Parlamento, dado o crescimento da esquerda, que compôs uma nova maioria parlamentar. Como consequência, o PS foi forçado a aceitar um plano de medidas antiausteridade imposto pela esquerda (Bloco de Esquerda e PCP) como condição para poder formar um governo minoritário com apoio parlamentar da esquerda. Durante os quatro anos seguintes (2015-2019), esta maioria, que foi chamada de “geringonça”, palavra inicialmente usada como um insulto, mas

entretanto ressignificada, gerou esperança e tomou medidas sociais eficazes: os salários e as pensões foram aumentados e, apesar da feroz oposição da Comissão Europeia, o salário mínimo também; as privatizações foram interrompidas; os custos das famílias com transportes e educação públicos foram reduzidos e o acesso à energia para os mais pobres foi apoiado, entre outras medidas. Apesar do sucesso desta “geringonça”, no final dessa legislatura, em 2019, o PS tentou evitar as condições impostas pela esquerda e, nos dois anos seguintes, o governo de Costa concentrou-se em preparar uma crise política que conduziu a novas eleições, que vieram a acontecer em janeiro de 2022. O PS alcançou então o seu objetivo de maioria absoluta, elegendo 120 deputados com 41,4% dos votos.

A maioria absoluta, no entanto, tornou-se a causa da crise do PS. Durante a sua curta duração de menos de dois anos, o novo governo de António Costa esteve no centro de sucessivos escândalos, com ministros e secretários de Estado a demitirem-se a cada passo. Finalmente, demitiu-se o próprio primeiro-ministro, após um novo e possivelmente irrelevante processo judicial.

Embora a crise política fosse evidente, as principais dificuldades desse período de governo de maioria absoluta do PS foram geradas pela sua incapacidade de enfrentar os principais problemas sociais e, em alguns casos, até os agravou. Os casos da Escola pública (falta de professores e carreira docente), do Serviço Nacional de Saúde (mais de um milhão e meio de pessoas sem médico de família e crise nos cuidados hospitalares) e habitação são os principais exemplos. A habitação tornou-se um dos temas centrais do debate eleitoral a partir do momento em que o Bloco de Esquerda acusou o governo do PS de favorecer sucessivos aumentos de preços: Lisboa é hoje uma cidade mais cara para alugar uma casa do que Madrid ou Paris e os preços de aquisição são os terceiros mais caros do mundo, em função do rendimento. Isto é consequência de uma estratégia económica baseada no turismo, apoiada em baixos salários para baixas qualificações dos trabalhadores e também na atração de compradores estrangeiros ricos, apoiados em benefícios fiscais generosos, que fazem aumentar os preços para um nível

inalcançável pela população. Em consequência, a disneylandificação das cidades impôs um êxodo geracional. À medida que estes problemas se acumulavam, as mobilizações sociais aumentaram, tendo havido grandes manifestações que reclamaram um plano público de habitação, o fim dos benefícios fiscais e o controlo dos preços e das taxas de juro. A derrota do PS, que perdeu meio milhão de votos, está relacionada com estes problemas sociais e com a contestação que geraram.

As mudanças no campo da direita

A principal coligação de direita, a AD, venceu por uma margem muito curta, embora a eleição tenha sido altamente participada (registou-se a menor taxa de abstenção desde 1995). Mesmo que estabeleça uma aliança parlamentar ou governamental com os liberais, a AD estará longe de conseguir a maioria parlamentar. Na verdade, será um governo tipo comissão eleitoral: a preparar e a preparar-se para novas eleições antecipadas num ciclo político curto.

A principal razão para a incapacidade de a direita conseguir um governo estável, após o fracasso do anterior governo do PS, é a ascensão do Chega. No passado, essa ala da direita era representada por um partido xenófobo e conservador, o CDS, mas que, após entrar num governo e adotar posições pró-União Europeia, acabou por se diluir na direita tradicional, nunca tendo desenvolvido uma retórica tão tóxica como a do Chega, cujas relações internacionais são com Salvini, Le Pen e Abascal. É diretamente apoiado pela família Bolsonaro e representantes do Likud foram recebidos no seu congresso. Obteve uma fatia considerável do voto jovem, foi o mais escolhido na faixa dos 35 aos 54 anos e 60,5% dos seus eleitores são homens, segundo os dados das sondagens no dia das eleições.

Se havia uma cultura escondida de antigos apoiantes da ditadura portuguesa, todos eles reapareceram agora como entusiastas do Chega. No entanto, isto não é suficiente para explicar 18% e mais de um milhão de votos. Estes têm origem em motivações diversas: a crença no discurso de combate à corrupção, que é o principal tema do partido, e o ressentimento face às dificuldades sociais, num quadro de criação de medos, apontando os pobres e os muito pobres como os culpados pela sua pobreza e pela pobreza do país. Será que o Chega, com esta votação extraordinária, atingiu o seu máximo eleitoral? Não se sabe, dependerá da evolução da direita e da capacidade de mobilização social da esquerda. Em todo o caso, durante a campanha eleitoral, a AD afirmou claramente que não faria qualquer acordo com a extrema-direita e Montenegro tenta agora chantagear o Chega, exigindo o seu apoio parlamentar sem condições. É, pois, já certo que haverá uma disputa feroz entre a direita e a extrema-direita pela hegemonia e o resultado é difícil de antecipar.

O que entretanto é claro é que há setores da burguesia a financiar e a apoiar a extrema-direita, procurando favores, o que tem sido uma ferramenta usada para proteger os seus interesses económicos e políticos. O seu receio de uma solução de esquerda foi claramente visível na violenta campanha feita contra Mariana Mortágua, a líder do Bloco de Esquerda, temida pela sua possível influência na definição de políticas fiscais futuras sobre fortunas e heranças, ou sobre o imobiliário.

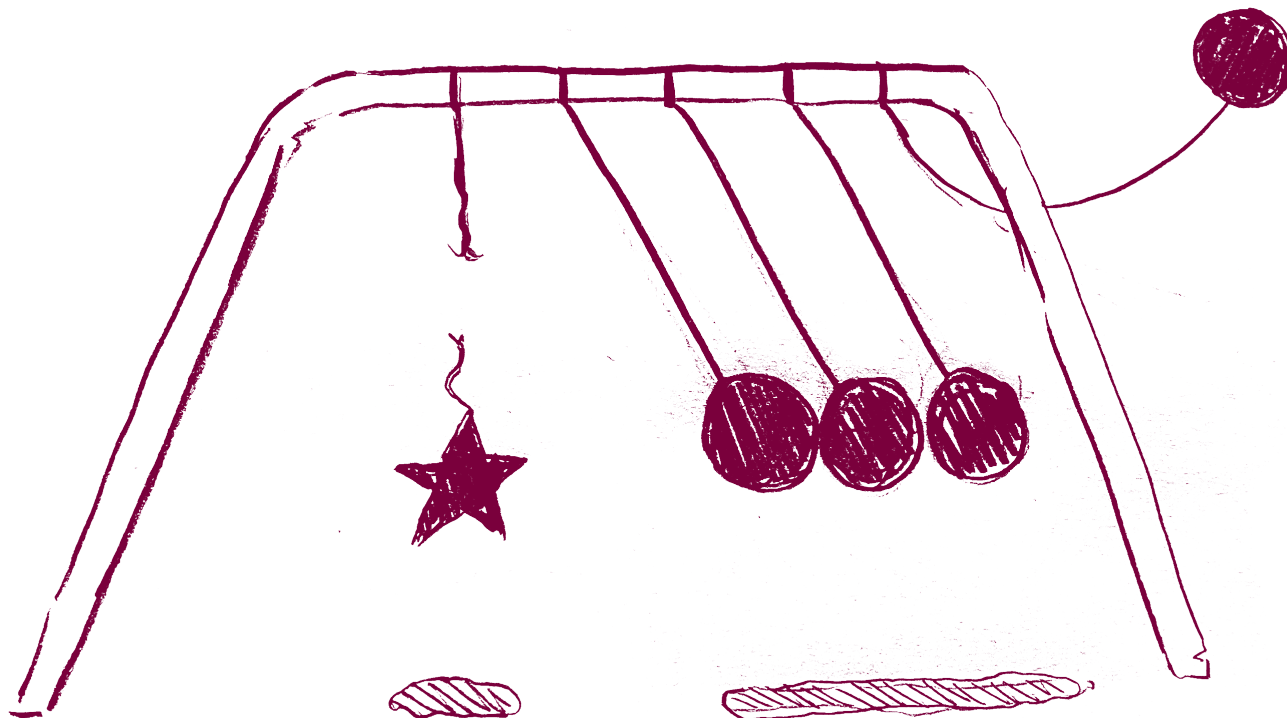
Os recuos do centro e da esquerda

Uma nota final sobre os recuos do centro e da esquerda. O centro, o PS, pagou um preço elevado pelos últimos dois anos de governo, tendo, de facto, prejudicado a sua credibilidade como alternativa. Com uma maioria absoluta parlamentar entre 2022-2024, dependia apenas de si próprio, mas os sucessivos escândalos, mais os problemas sociais que gerou e/ou agravou implicaram a perda de uma parte do apoio que tinham. Ainda assim, o PS manteve grande parte dos votos dos mais velhos, que temem os cortes nas pensões que foram impostos pelo anterior governo de direita.

O Bloco de Esquerda teve uma campanha enérgica e aumentou os seus votos (mais 34 mil votos, de 4,4% para 4,5%), reelegendo os seus cinco deputados. As sondagens de boca de urna indicam que 62% do voto do Bloco de Esquerda é feminino, de pessoas na faixa etária dos trinta e quarenta, na sua maioria com ensino secundário ou universitário. Entre quem tem mais de 65 anos, o Bloco obteve apenas 12% dos seus votos.

O Partido Comunista perdeu dois mandatos nas suas fortalezas tradicionais, Setúbal e Beja, e, embora refutando o prognóstico de desaparecimento, diminuiu a sua votação em todo o país. O seu voto é mais masculino do que feminino e de pessoas mais velhas. Tal como o Bloco de Esquerda, o PCP, durante a campanha, anunciou que negociaria com o PS um acordo para um novo governo, desde que medidas sociais essenciais fizessem parte do compromisso. O Livre, membro dos Verdes Europeus, subiu de um para quatro deputados. Como é sabido, os Verdes são hoje uma constelação flutuante de partidos com políticas pró-mercado, aliados da social-democracia e dos liberais no governo da Alemanha e de partidos de direita noutros países.

No futuro imediato, todos estes partidos farão parte da oposição parlamentar e social. As manifestações do 50.º aniversário da Revolução dos Cravos serão uma ocasião para a sua convergência e representarão um apelo simbólico à resistência e à recomposição da esquerda, um apelo para lutarem pelo presente e pelo futuro do povo. No quadro desta situação política instável, enfrentando novas crises e possivelmente novas eleições, os objetivos de derrotar a extrema-direita e mobilizar as forças populares para uma nova maioria social e política devem ser desafios comuns a toda a esquerda. Se o passado nos ensina alguma coisa, é certamente que a esquerda só cumpre o seu papel se ambicionar ter proposta política para todas as pessoas, jovens e velhos, gente de todas as condições e territórios, desempregados e migrantes, trabalhadores assalariados e trabalhadoras sem salário, gente com vidas precárias e marginalizada, e lutar pela agenda anticapitalista pelo respeito social, igualdade e liberdade.



“Liberdade não se escreve sem jornalismo”, gritaram centenas de profissionais a 14 de Março, na primeira greve geral de jornalistas em mais de 40 anos.

O 14M do jornalismo português

escrito por *Aline Flor, Delegada sindical do Público e vogal da direcção do Sindicato de Jornalistas*

A greve geral de jornalistas de 14 de Março, a primeira em 42 anos, foi um marco na história do jornalismo português contemporâneo. Centenas de jornalistas aderiram em massa ao protesto nacional por contratos justos, salários dignos e verdadeiras condições para exercer a sua liberdade editorial. Para fazerem jornalismo de qualidade.

As redacções de mais de 60 órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais ficaram totalmente paralisadas, de acordo com o Sindicato de Jornalistas (SJ), e registaram-se sérios constrangimentos noutras dezenas.

Houve ainda manifestações por todo o país que contaram com uma forte adesão, num sinal de união e solidariedade entre uma classe pouco habituada a lutar em causa própria.

Mas o que fica de uma greve histórica que quase parou, mas não totalmente, o fluxo de notícias?

Puzzle de vontades

O 5º Congresso de Jornalistas, em Janeiro deste ano, sete anos depois da última reunião magna da classe, voltou a traçar diagnósticos amargos.

No rescaldo de uma primeira paralisação de uma hora em solidariedade com os jornalistas e trabalhadores do Global Media Group (que fizeram greve a 10 de Janeiro), a urgência de agir contra a degradação das condições de trabalho foi partilhada em cada um dos painéis, comunicações e corredores do congresso. Percebeu-se que se impunha convocar uma greve geral que chegasse a toda a classe.

No ano de celebração dos 50 anos do 25 de Abril, o mandato para convocar o protesto nacional foi entregue ao Sindicato de Jornalistas sob a forma de uma grande moção, construída a partir de um equilíbrio particular de três moções (uma das quais do próprio SJ). A moção unitária foi aprovada por unanimidade no plenário do congresso.

As primeiras decisões - incluindo a data da paralisação, que acabaria por ser agendada para depois das eleições legislativas - foram entregues a uma comissão organizadora que reuniu

a direcção do SJ e os proponentes das outras moções da greve geral, assim como o presidente da comissão executiva do 5º Congresso, o jornalista Pedro Coelho. O grupo foi-se expandindo para incluir representantes de diferentes cidades, jornalistas de diferentes gerações, trabalhadores com diferentes perfis. Criou-se um movimento unitário que foi ganhando força até ao dia da paralisação.

A greve foi convocada com o apoio de outros sindicatos do sector. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisuais (SINTTAV) e o Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual (STT) também emitiram pré-avisos para 14 de Março, permitindo a repórteres e editores de imagem juntarem-se à greve. O Sindicato dos Meios Audiovisuais (SMAV) e o Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Media e Serviços (SINDETELCO) manifestaram solidariedade à luta dos jornalistas e apelaram a ações que tornassem a nossa luta mais visível. E as centrais sindicais CGTP-IN e UGT também expressaram apoio e solidariedade à luta por condições de trabalho dignas e em defesa do jornalismo.

Com a corda na garganta

Anunciada a data da greve, iniciaram-se as reuniões com trabalhadores em diferentes redacções. Faltava abrir portas. Recolher contributos. No final de Fevereiro, surgiu, enfim, a publicação do pré-aviso e do caderno reivindicativo.

Os jornalistas exigem aumentos salariais em 2024 superiores à inflação acumulada desde 2022, a melhoria substancial da remuneração dos freelancers, a garantia de um salário digno à entrada na profissão e de progressão regular na carreira.

Além de remunerações por trabalho excepcional como turnos, horas extraordinárias ou feriados, exige-se o fim da “precariedade generalizada e fraudulenta no sector”, denunciando o recurso abusivo a recibos verdes e contratos a termo.

Outro dos cavalos de batalha da greve, que acicou em particular jornalistas fora das grandes cidades, foi a exigência do cumprimento escrupuloso do Contrato Colectivo de Trabalho da Imprensa (que lhes garantirá finalmente salários dignos) e a generalização da contratação colectiva para o sector audiovisual e da rádio.

Além disso, o caderno reivindicativo incluía questões estruturais, como a intervenção do Estado na garantia da sustentabilidade financeira do jornalismo ou a revisão das estruturas regulatórias da comunicação social e do jornalismo.

Por fim, ecoando um dos lemas desta greve - “A liberdade não se escreve sem jornalismo” -, exige-se condições humanas e materiais para a produção noticiosa, permitindo o cumprimento de princípios éticos e deontológicos.

Linha suspensa

Chegados a 14 de Março, o impacto nos órgãos de comunicação nacionais foi expressivo. Na Agência Lusa, a adesão à greve terá rondado os 90%, o que levou a direcção de informação a fechar a linha noticiosa logo a meio da manhã, alegando “respeito à greve decidida em congresso pelos jornalistas portugueses e na defesa da dignidade do serviço público prestado pela agência”.

O Diário de Notícias, onde dias antes da greve fora anunciado um despedimento colectivo de 24 profissionais, entre os quais oito jornalistas, foi o único jornal diário de referência cuja edição em papel não chegou às bancas no dia seguinte. Redacções como a da TSF, d’O Jogo e do Jornal de Negócios, assim como de revistas como Timeout, Caras ou Activa, ficaram totalmente paralisadas. A adesão à greve geral também teve um grande impacto em órgãos como a Visão (adesão de 90%), Jornal de Notícias (83%), Público (83%), Expresso (75%), Observador (75%), a delegação da SIC no Porto (75%) e a Rádio Renascença (38%).

Também na RTP houve uma adesão global muito significativa, sem noticiários nos vários canais da rádio pública (Antena 1, Antena 1 Açores, Antena 3, RDP África e RDP Internacional) durante 24 horas. A redacção de Lisboa da televisão pública paralisou em 85% e registou-se um forte impacto nas delegações da RTP.

A adesão em massa aconteceu apesar da acção das hierarquias, em várias redacções, para reduzir o impacto do protesto. Alguns jornalistas foram aliciados com horas extraordinárias ou dias de folga extra caso não aderissem à paralisação, havendo também recurso a estagiários e a trabalhadores a recibos verdes para substituir jornalistas em greve, assim como reforço de turnos, de acordo com denúncias ao Sindicato dos Jornalistas.

Grandes e pequenos

A adesão de dezenas de títulos da imprensa regional, incluindo várias rádios locais, foi essencial para o sucesso da greve geral. Estes jornalistas, em muitos casos com o apoio das direcções de informação, denunciam há muito a degradação das suas condições de trabalho e as dificuldades específicas de sustentabilidade financeira dos seus órgãos de comunicação. Aliás, ao fim de alguns dias ainda se iam descobrindo redacções que não publicaram notícias no 14M e cuja adesão não tinha sido contabilizada porque os meios apenas tinham anunciado no Instagram, e não ao Sindicato.

Também os media não tradicionais aderiram ao protesto, com redacções totalmente paradas, assim como rádios e jornais universitários, das que contam com jornalistas com carteira às redacções de jovens estudantes, que se juntaram aos protestos em solidariedade com os futuros camaradas.

No dia 14 de Março, centenas de jornalistas juntaram-se em concentrações por todo o país. Além das manifestações em Lisboa, com cerca de 500 pessoas, no Porto, onde se juntaram mais de 200, e em Ponta Delgada (70), organizadas por iniciativa do sindicato, houve mais de 60 pessoas concentradas em Coimbra e até mesmo em Faro, onde talvez o resultado das eleições legislativas tenha dado o impulso para a convocatória na véspera da greve, reunindo 30 jornalistas. Em Viseu e em Évora, duas concentrações espontâneas mostraram a força do apelo desta greve.

Uma greve que não pára as notícias é uma greve que falhou?

Como se descreve uma greve geral em que apenas um jornal nacional não tenha sido publicado no dia seguinte e os canais generalistas tenham mantido os seus noticiários? “Eu queria que a greve geral tivesse sido um tremendo sucesso. Mas não foi”, escrevia-se, poucos dias depois, num grupo de WhatsApp com centenas de jornalistas.

Para muitos dos que leram a mensagem, avaliar o sucesso da greve pelo facto de ter havido noticiários ou por terem saído edições em papel, em vez de se reconhecer as adesões na casa dos 70% e 80%, entrará no território do despeito.

Das concentrações ficaram relatos de jornalistas veteranos a quem vieram lágrimas aos olhos. Comentários entre risos sobre directores que se viram obrigados a assinar notícias pela primeira vez em muito tempo. Depoimentos, no microfone aberto das concentrações, de redacções como a Agência Lusa, Antena 1, Diário de Notícias, Expresso, Jornal de Notícias, Público ou RTP. As lágrimas nos olhos de quem cantou “Grândola, Vila Morena” empunhando uma carteira profissional cujo valor vê, todos os dias, desvanecer.

Nos grupos do WhatsApp onde se partilharam materiais e experiências da greve, os avisos de jornalistas e directores da imprensa regional sobre os pequenos jornais, rádios e sites paralisados deixavam a mensagem clara de que há um Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) por aplicar e dezenas de redacções sedentas de que finalmente algo mude para que se faça o jornalismo que se considera necessário.

Alguns repertórios de luta habituais em acções dos movimentos sociais entraram pela primeira vez nos horizontes dos jornalistas, muitos dos quais participaram na sua primeira greve. Em vários órgãos, camaradas juntaram-se à frente das suas redacções antes das concentrações para caminharem lado a lado, empunhando cartazes preparados em conjunto.

Avaliar o sucesso de uma greve que, paralisando alguns OCS, não parou (totalmente) as notícias obriga a confrontar a classe com a sua própria armadilha: cobrir outras greves colocando fasquias sempre na linha do horizonte, aquela a que ninguém chega, em vez de olhar para as causas justas dos trabalhadores e pressionar as empresas que – na comunicação social como em tantas outras áreas – deveriam ser responsabilizadas.

E agora?

Para muitos jornalistas, em particular os mais experientes que testemunharam décadas de enfraquecimento sindical e degradação da união da classe, foi surpreendente a onda que se criou dentro de redacções, das maiores às mais pequenas, onde há tantos anos se diz que anda cada um por si. Pelo contrário, transbordaram para as ruas mesmo em cidades onde não havia nada programado.

Neste 25 de Abril, é provável que dezenas de jornalistas se juntem, organizados, às manifestações. Até lá, o trabalho continua e será preciso explorar repertórios de luta dentro das redacções: reactivando Conselhos de Redacção, elegendo Comissões de Trabalhadores e delegados/as sindicais, organizando plenários, passando a palavra à mesa do almoço ou junto da máquina de café.

São os e as jornalistas que vão determinar o que virá depois do 14M do jornalismo português. Mas uma coisa ficou clara: nada será como antes deste 14 de Março.



A greve fecha o tasco

escrito por José Miguel Ricardo

No dia 22 de março, os estafetas organizaram a sua segunda greve em dois meses. A paralisação, organizada através das redes sociais, ocorreu em diversas cidades do país, como Lisboa, Porto, Coimbra e Braga. Estes trabalhadores, sem direito à greve, sem direito a quase nada, organizaram, assim, a segunda paragem em dois meses seguidos, tendo realizado a primeira paralisação nacional em fevereiro.

As suas reivindicações são o respeito das plataformas pelo seu trabalho, o pagamento de 3 euros por cada entrega, mais um bónus de 50 cêntimos por cada quilómetro, a abertura de escritórios das empresas de plataformas onde possam ser atendidos presencialmente e tratar dos seus problemas.

O aumento do custo de vida não deixa outra escolha aos estafetas, que, enquanto trabalhadores independentes, têm de arcar com todos os custos da sua ocupação profissional, desde a mota à mochila, passando por todos os custos de materiais. Além destes custos, o risco é da sua responsabilidade, não estando abrangidos, muitas vezes, por seguros pessoais e, claro, fora do sistema de proteção social.

As empresas, que admitem continuamente novas contas de estafetas, baixando assim os salários, responderam a esta paralisação com a bonificação do pagamento por entrega durante as horas da paralisação. Mais ainda, convidaram os donos das frotas e os restaurantes a compactuar com as suas práticas, encorajando-os a vigiar e denunciar os estafetas em greve. No entanto, a participação foi militante, com os estafetas a mobilizarem-se, com piquetes móveis que procuraram abranger diversos pontos, convencendo os colegas a unirem-se, a não aceitarem serviços e a aderirem à greve. Durante a paralisação os pagamentos por cada pedido atingiram níveis acima do reivindicado pelo grupo organizador e diversos estabelecimentos tiveram de desligar a aplicação, deixando, assim, de efetuar entregas.

Os estafetas viram o pagamento por entrega descer drasticamente desde os tempos da pandemia. Desde então, o custo de vida disparou, mais ainda se tivermos em conta todos os seus custos. Seguro, combustível, manutenção, substituição de peças, renda e alimentação, etc.

Os estafetas testemunham como trabalhar em condições de chuva geralmente causa acidentes ou doenças, o que afeta o quanto ganham. Outros relatam os riscos de simplesmente fazerem o seu trabalho — mal-entendidos com clientes, mal-entendidos com as plataformas, sendo as perdas, invariavelmente, assumidas pelo estafeta.

Esta profissão não tem nenhuma rede de segurança em termos de apoios sociais, nem em caso de doença ou acidente, nem apoios em outras condições adversas, e a remuneração é muito inferior ao salário mínimo. Muitos afirmam trabalhar mais de 12 horas por dia, muitos garantem trabalhar todos os dias da semana.

Esta greve ocorre em tempos de mudança e transformação no panorama legal desta atividade económica. No dia 11 de março, a União Europeia aprovou, após muitos avanços, recuos e bloqueios, uma nova diretiva destinada a proteger os trabalhadores das plataformas digitais, como é o caso dos estafetas. Este acordo assinala um momento importante no combate pelos direitos laborais em toda a Europa, impactando diretamente mais de 28,5 milhões de pessoas que trabalham na economia das plataformas, sendo que se estima que em 2025 serão já 43 milhões de pessoas. Esta diretiva apresenta pormenores inovadores na regulamentação da gestão algorítmica no local de trabalho e estabelece padrões mínimos europeus para o setor. Entre as medidas incluídas estão a presumível existência de contratos de trabalho entre os trabalhadores e as plataformas digitais, a menos que a empresa consiga refutar esta presunção, e a proteção dos dados pessoais dos trabalhadores contra a utilização indevida de sistemas automatizados de monitorização.

Entretanto, em Portugal, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) tem desencadeado ações para reconhecer vínculos laborais entre estafetas e plataformas digitais. Apesar das notificações enviadas pela ACT, as empresas persistem em considerar os estafetas como trabalhadores independentes, estando mais de 800 processos atualmente em curso, que poderão ter seguimento para os tribunais. Também durante o mês de março, os Tribunais de Castelo Branco e da Covilhã confirmaram os indícios de relação laboral e a existência de um contrato de trabalho entre quatro estafetas e a multinacional UberEats e de três estafetas com a portuguesa Xico's (esta última não contestou da decisão, a UberEats já comunicou que iria recorrer). Esta uma decisão de grande relevância que abre caminho para um avanço histórico face à desregulação desenfreada que é prática do setor.

A greve nacional dos estafetas evidencia como as reivindicações deles são urgentes e que as mudanças das condições laborais exigidas são fundamentais para a garantia dos direitos dos trabalhadores deste setor. É importante assegurar a efetiva implementação da nova legislação europeia, assim como garantir que os processos iniciados pela ACT culminem no reconhecimento dos direitos dos estafetas e que estas ações de inspeção que visam combater o falso trabalho independente continuem. Contudo, e quando os estafetas se preparam para uma nova greve em abril, o diálogo com estes trabalhadores é uma prioridade. Além de uma grande parte se deixar levar pela falácia do empreendedorismo, estes trabalhadores são maioritariamente migrantes e encontram-se numa situação de vulnerabilidade face à propagação de desinformação quanto aos seus direitos e às vantagens que a luta coletiva pode trazer para a sua situação laboral, para a garantia dos seus direitos de trabalho e pelo acesso à proteção social que justamente merecem.



Sugestões Culturais

“Uma autobiografia”

de Angela Davis



Trata-se mais de um livro de memórias do que, propriamente, de uma autobiografia. E o motivo é, também ele, político. Angela Davis declara-se – ontem, à data dos factos, como hoje, quando a obra é reeditada e traduzida em português – avessa ao individualismo, que facilmente se instala nos escritos autobiográficos. Há uma desconfiança de princípio para com o estilo autobiográfico, no risco que acarreta de promover e legitimar o indivíduo, em vez do grupo. O individualismo é um instrumento ideológico do capitalismo neoliberal, que urge combater e derrotar, sendo também uma fonte de perversão do sentido coletivo das lutas sociais. Neste caso, para além do mais, a queda no indivíduo anularia todo o alcance histórico e político de uma obra como esta. O que aqui se relata, e que se centra principalmente nos anos que ladeiam a perseguição e prisão da filósofa e ativista (a primeira edição é de 1974, quatro anos após a mediatizada detenção de Davis), reflete as situações de perseguição, de opressão e de violência institucional, características do racismo estrutural, além de denunciar os quotidianos de injustiça do sistema carcerário. Aqui, sem qualquer incoerência com o referido individualismo, que a autora recusa, há que sublinhar a arte da escrita de Angela Davis, que documenta um percurso desassombrado pelo interior do sistema, anulando qualquer tentativa de protagonismo ou estrelato: acompanhamos os seus medos, as suas inseguranças e dramas quotidianos, ao mesmo tempo que tomamos contacto com os redutos de sororidade e de apoio coletivo que iluminam, de forma solidária, o quotidiano de uma voz antirracista num momento político fundamental.

Hugo Monteiro

“Caderno de Memórias Coloniais”

de Isabela Figueiredo

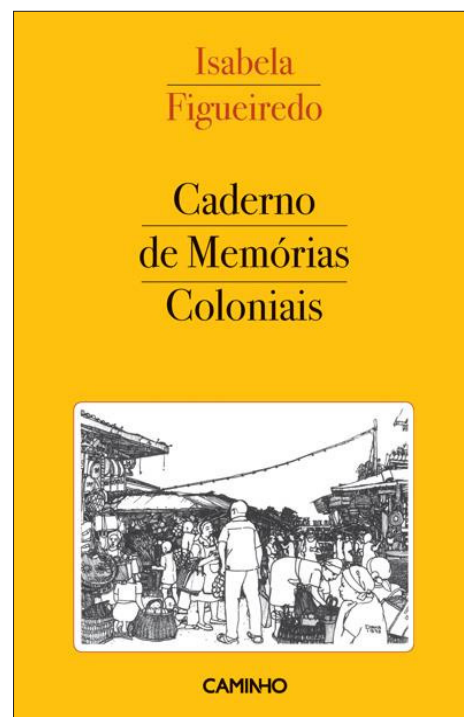
Contado na primeira pessoa, o *Caderno de Memórias Coloniais*, tal como o nome indica, é uma compilação de textos, em jeito de diário, que relatam a infância e adolescência de Isabela Figueiredo em Moçambique, durante a ditadura do Estado Novo, até 1975, ano em que foi viver com a avó em Portugal.

A história centra-se particularmente em duas personagens, quase sempre em disputa: pai e filha. Apesar da filha declarar o amor que tem pelo seu pai, termina por o “trair” diversas vezes. O verbo “trair”, usado ao longo da história, não é um acaso. É uma escolha consciente da narradora, é uma consequência da renúncia e reprovação aos comportamentos inaceitáveis do seu pai, que representa o opressor. É, no fundo, um espelho do regime totalitarista. Após chegar a Portugal, além de refletir os conflitos internos gerados pela herança colonial, procura uma identidade que creia ter pedido, pois sente-se fragmentada em duas culturas tão opostas.

A obra destaca-se pela sua narrativa que conjuga a memória pessoal da autora e a história coletiva de vários povos, proporciona uma visão tocante e crítica do colonialismo português. Além do conteúdo real e chocante, importa salientar a vasta panóplia de termos do português moçambicano. Por exemplo, “milando” significa “briga, desentendimento”.

No enquadramento da celebração dos 50 anos do 25 de Abril, a leitura desta obra torna-se particularmente especial, e a meu ver, obrigatória. Permite-nos conhecer a realidade nua e crua e as marcas odiosas do colonialismo e do racismo português em Moçambique e Portugal, mas também apresenta uma mensagem de esperança através da autoconsciência e da narrativa pessoal.

Patrícia Felício



dossiê

#71 SÉRIE II FEVEREIRO 2024

ATENÇÃO
MÁQUINAS
EM
MANOBRAS

**A Arte da
Revolução**

A arte da revolução: do Abril que se fez ao Abril que nos falta

por **Catarina Martins**

“Um graffiti em rock”

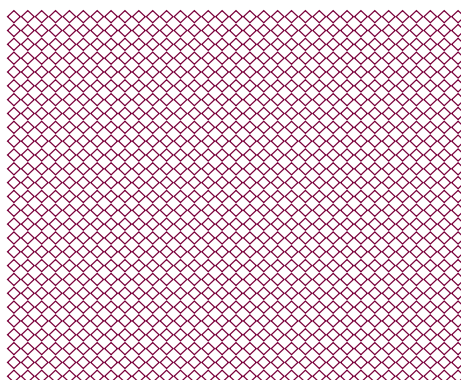
Em conversa recente, Sérgio Godinho define assim a canção que nos ensinou a declinar as condições da Liberdade: “a paz, o pão, habitação, saúde, educação.” 50 anos depois do 25 de abril, sempre que nos pedem as contas do que se fez e ficou por fazer, o graffiti em rock é mais seguro do que saber a tabuada. Ainda bem.

A paz que se conquistou com a descolonização e o fim da guerra colonial. O pão que precisou da instauração do salário mínimo nacional e da segurança social pública e universal. A habitação com os processos de autoconstrução e com a construção de habitação pública e cooperativa. A saúde com a criação do Serviço Nacional de Saúde, a educação com a universalização e alargamento da Escola Pública.

Contamos as cinco condições da Liberdade pelos dedos da mão, juntamos as liberdades iniciais de escrever e de falar, de votar e de reunir, de criar associações e partidos e cooperativas e o mais e temos um Abril imenso que criou um país novo. E sim, Abril é Liberdade e aqui estamos. Nem imaginamos que se pudesse viver de outra maneira.

Mas deitamos contas à nova vida pelos dedos da mão: a paz, o pão, habitação, saúde, educação... e mais 50 anos. Tudo mudou e é claro que mudou e ainda bem que mudou e como mudou. Mas tudo está também ainda por fazer. Mesmo quem não tem memória do que foi, porque não viveu a mudança nem a construiu de nenhuma forma, conhece a tabuada da Liberdade e sabe fazer as contas pelos dedos da mão. O salário médio não passa dos mil euros líquidos e um T2 tem uma renda de mil e duzentos euros.

Se Abril for museu de pouco nos serve. Se for gratidão pelo que se fez é bonito, mas não garante o pão. Que seja então força.



“Elas disseram à mãe e à sogra que isso era dantes.”

Maria Velho da Costa a contar dos dias em “As Mulheres e a Revolução”. A Revolução que o golpe militar abriu e que foi do povo. E o povo quis um país para viver de cabeça erguida e construiu esse país.

Portugal construiu escolas, ergueu hospitais, fez o saneamento básico e a água e a luz chegaram às casas. A quase todas, pelo menos. Trocou barracas por bairros e censura por cultura e ciência e arte. E isso foi construção popular.

No deve e haver dos avanços e recuos, as mulheres ganharam quase tudo e ficou quase tudo por ganhar. As mulheres que fizeram a revolução: a do salário igual, do direito à licença de maternidade, da casa, do acesso à saúde, de sair do analfabetismo a que estavam condenadas, de deixarem de contar os filhos entre os mortos e os vivos. As mulheres conquistaram muito, mas não fizeram a sua revolução. Foram atropeladas pelas tantas urgências e com elas tantas outras lutas foram ficando em lista de espera.

Outras duas Marias, Maria Teresa Horta e Isabel Barreno, haveriam de criar o Movimento de Libertação das Mulheres. Um movimento com uma existência breve e que no seu manifesto de 1975 afirmava o direito ao aborto e ao corpo, o reconhecimento do trabalho doméstico, o direito a

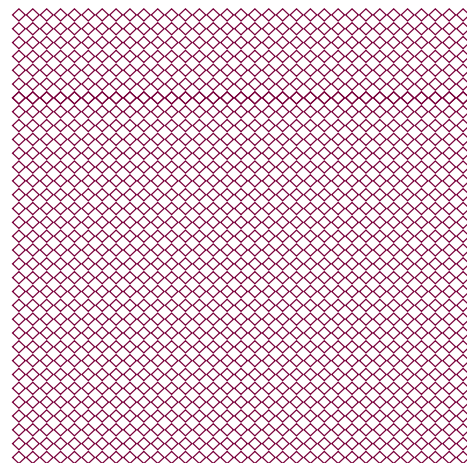
creche. Foram muito literalmente atacadas pelo conservadorismo, à direita e à esquerda, e ainda hoje temos a sua agenda por cumprir.

Demoraríamos 23 anos até ao referendo de 2007 que reconheceu o direito à interrupção voluntária da gravidez, com uma das leis mais recuadas da Europa e a que se juntam entraves humilhantes e ilegais impostos por instituições de saúde por todo o país. Seria preciso esperar por 2015 para que a lei não considerasse menos ofensiva a violação dentro da família ou por figura de autoridade. O trabalho doméstico continua fora do código do trabalho e não há qualquer garantia de vaga gratuita em creche.

Mudou tudo, claro que sim, mas a violência doméstica é crime público há mais de duas décadas e o femicídio continua a ser um dos maiores problemas de segurança interna do país. O salário igual é da lei, mas não da vida. Os cuidados continuam entregues a elas, quer queiram quer não queiram, e se são informais não são pagos e se são formais são mal pagos.

Com o patriarcado, todas as outras estruturas de opressão que ficaram e que se mantêm, de classe mas não só, são razão de atraso e, hoje, são trincheiras da extrema-direita. Bruno Candé foi assassinado por ser negro, em 2020, e Cláudia Simões, agredida violentamente pela mesma razão, está a ser sujeita a um humilhante processo em tribunal. A ciganofobia é um quase consenso nacional. Há quem aqui nasça e permaneça estrangeiro. Há uma lei das acessibilidades que nunca saiu do papel e a regra continua capacitista. E se o orgulho sai do armário em marchas cada vez mais numerosas, este ano começou com o Presidente da República a vetar instrumentos legais de respeito pela identidade de género.

“Isso era dantes”, sim, é verdade. Mas não completamente. Como na frase certa da penúltima carta das Novas Cartas Portuguesas: “Em boa verdade vos digo: que continuamos sós, mas menos desamparadas”.



“O gosto que dá pensar em conjunto com alguém que diz o contrário do que a gente está a dizer...”

Maria de Lourdes Pintasilgo foi a única mulher a chefiar um governo em Portugal. Um curto mandato de 5 meses como Primeira-ministra, com passos decididos na universalização da proteção social, e a primeira mulher candidata à Presidência da República. Numa das suas últimas entrevistas, reafirma a importância da utopia e do desassombro de descobrir novos caminhos. Afirmar também a importância de pensar em conjunto.

Longe de imaginar o que viriam a ser as redes sociais, e a imposição de bolhas de isolamento dos seus algoritmos, a sua frase sobre o gosto do contraditório é pista de caminho para estes dias. “Pensar em conjunto” constrói democracia. Quando o poder económico encolhe - e como encolhe - a soberania popular, este pensar torna-se ainda mais urgente.

Portugal mudou muito desde 1974, mas não construiu o socialismo e não há cartaz liberal que torne verdade o que é mentira. Os setores estratégicos estão quase todos privatizados, a habitação pública é residual, a floresta é quase toda privada, a contratação coletiva protege uma minoria de trabalhadores. Temos muito por onde começar a pensar como fazer melhor. Pensar com outros, ou seja, ir à luta.

Trocar a afirmação de soluções concretas e em concreto por uma adesão virtual a grupos e ideias que confirmam o que já sabemos é o avesso da democracia. O confronto, o contraditório e a coragem de tomar posição (e mesmo de mudar de posição) face a desafios coletivos, olhos nos olhos com as pessoas com quem partilhámos o nosso espaço e tempo, são a disputa dos nossos dias. É tomar poder, é recusar o desamparo. A revolução exige que se tome o poder.

“Fládu fla ka tem simenti” ou Falar por falar não tem semente

O verso é de Mayra Andrade em *Dimokránza* (Democracia).

Não vale repetir “a paz, o pão, habitação, saúde, educação” sem os semear para hoje e para depois. Repetir o que se fez, não é consolo para o que falta fazer. O que falta garantir em cada um destes 5 dedos de uma mão e os outros que temos de contar: o serviço nacional de cuidados que nunca se construiu, a justiça que nunca foi para todos, a cultura que exige serviço público, a mobilidade para unir o território e a proteção dos bens comuns - a água, o solo, o ar - do absurdo extrativista.

Cada conquista, em si mesma, parece absurdamente distante e impossível. No início dos anos 70, pareceria impossível a Escola Pública que conhecemos ou a criação do SNS. Vistos isoladamente, tais direitos são impagáveis e incapazes de alcançar uma maioria social. Assim não foi, porque não foram objetivos isolados. Foram revolução! Foram partes integrantes da Liberdade - esse projeto popular radical e extraordinário. Uma vez conseguidos, impossível seria um país que não os tivesse construído.

Hoje, que sementes temos? Teremos a afirmação contra a extrema-direita e a sua violência. E teremos de a fazer com todas as forças que temos. Mas sem mais, ganhámos força? Semeamos democracia? Que projeto comum se pode declinar nas tantas construções por fazer e que são, serão, também Liberdade? Que urgência pode disputar maioria social, obrigar a pensar em conjunto, fazer um povo querer tomar o poder?

Correr pela vida. 2030 está ao virar da esquina e a descarbonização não aconteceu. Os cientistas avisam que o aquecimento global é mais rápido e os seus efeitos mais extremos do que previam há uma década. Não temos tempo, temos de ter ação. Um enorme plano anticapitalista, de investimento público e de emprego, de salário e de direitos, que não deixa ninguém para trás.

Afirmar a certeza da urgência da transição sem disputar uma maioria social para o fazer é inútil. Mas disputar a transição justa é a obrigação revolucionária destes tempos. A transição é o confronto com o poder económico e a criação de alianças populares. Na mudança dos modos de produção, mobilidade e consumo se tecem novas teias para as grandes mudanças democráticas e de emancipação.

Celebrar 50 anos de cravo morto ao peito é coisa do passado. Este é o tempo de plantar o cravo e garantir-lhe a água, o solo e o mais.

Elogio da polarização

por Jorge Costa

Venceremos a extrema-direita enfrentando os medos da nossa época com um programa ecossocialista e política unitária

Com a chegada ao parlamento de cinquenta deputados do Chega, Portugal tornou-se repentinamente num dos países europeus em que a extrema-direita tem mais peso eleitoral. A deslocação geral à direita inclui a erupção eleitoral de 900 mil pessoas vindas da abstenção (face a 2019 são mais 1,2 milhões de votos). Somos obrigados a pensar: qual a natureza deste protesto? Por que escolhe a extrema-direita para se expressar? Que tática para a disputa futura, pela esquerda, dos setores populares agora cativados por Ventura?

A revolta à direita está ligada à turbulência política dos últimos dois anos e aos impasses sociais na habitação ou na saúde, sem dúvida. Tentarei abordá-la também olhando o seu pano de fundo: estagnação capitalista, catástrofe climática e risco de guerra nuclear.

A desconexão dos grandes medos

É tremenda a desconexão entre a profundidade da atual “poli crise” e a dinâmica do conflito político realmente existente. Enquanto ouvimos Guterres admitir que um imprevisto sobreaquecimento dos oceanos pode resultar na aceleração do aquecimento global, o conflito climático é distorcido em traduções banais no quotidiano - do aumento do IUC e dos subsídios à agricultura até aos delírios de uma seita (Ventura e Mortágua são ambos “generais para seguir a guerra contra a Humanidade”, Climáximo dixit). Esta desconexão lateraliza o confronto político sobre o clima, mas, apesar disso, existe na sociedade uma consciência difusa da mudança do estado do mundo, um medo da tormenta que vem e do que ela pode implicar. Esse pressentimento político concede espaço à extrema-direita negacionista, que se afirma como anestésico e refúgio, o poder do mundo antigo contra a ciência e contra os políticos que, alegando a ciência, explicam ao povo que os novos sacrifícios serão verdes.

A desconexão é grande também no tema das guerras. A mais longa é travada contra as migrações. Ela prossegue sob consenso europeu e com apoio na narrativa da extrema-direita (invasão, substituição, islamização). A desumanização do sul atravessa o Rubicão com o genocídio em Gaza, o primeiro na história que é transmitido em tempo real. Europa e Estados Unidos têm a co-autoria logística e moral e a extrema-direita vibra na defesa da última colonização, que Israel conduz na Palestina como bastião da supremacia branca.

Mas é em torno da Ucrânia que mais ribombam os tambores da militarização, da promoção da NATO e do reforço do orçamento militar. Rui Tavares dizia há dias, sobre a aquisição de material militar, que “a UE é uma boa central de compras, é possível ter mais poder negocial, baixar os preços e cada estado-membro poupar”. Esta trivialização da militarização convive com a inaudita admissão, em França e na Alemanha, da hipótese de envolvimento direto contra a Rússia. Como se fosse possível abdicar de uma Conferência para negociações de paz sem promover uma escalada do risco nuclear sem precedentes desde a segunda guerra mundial.

Não desvalorizo o peso da conjuntura portuguesa - da descoberta das notas escondidas pelo chefe de gabinete de António Costa até às crises da habitação e da saúde. Mas o que empurra centenas de milhares de pessoas do sofá ou do café para irem votar Chega são também os grandes medos que pairam sobre as aflições quotidianas do povo, o medo de perder e perder tudo. Até aquele lugar que os algoritmos ensinam aos rapazes que é o lugar dos homens.

Está extensamente documentado o patrocínio dos poderes extrativistas à nova direita radicalizada, a começar pelo petróleo. As redes internacionais de financiamento são conhecidas. Mas o sucesso desta agressividade política - nacionalismo e cultura de negação (da evidência climática, da humanidade do outro) - não é mera indução propagandística. Enquanto nega e odeia, enquanto urra o velho privilégio que o feminismo vem ameaçar, o discurso da extrema-direita faz a conexão com os grandes medos não enunciados.

Em defesa da polarização

Pelo que já ficou dito, resulta evidente que a esquerda não pode limitar-se a responder no campo da tática e a enunciar a resistência. Ou melhor: para fazê-lo eficazmente, tem que partir da sua visão do mundo radicalmente antagónica à do capitalismo liberal. Socialismo e cooperação internacional são condições de sobrevivência da humanidade. Já na campanha eleitoral europeia, a defesa da planificação económica ecossocialista estará no centro, a par de uma resposta frontal sobre a guerra infinita, a explosão do Médio Oriente, a Europa fortaleza e o cemitério no Mediterrâneo. A esquerda internacionalista refuta a ilusão provinciana num mundo que rebenta sem comprometer a felicidade sitiada do nosso jardim.

A afirmação da identidade estratégica do Bloco de Esquerda é essencial no período que agora se abre. Não faltará quem veja na viragem à direita um convite à moderação, ao nivelamento e a uma trégua permanente com o PS. Nesse espaço político cresceu o partido Livre, num regresso da família política dos Verdes Europeus aos cinco deputados (agora invertendo a composição de 2019, quando o Livre obteve um assento e o PAN quatro).

Ora, a nossa estratégia é outra. Em vez de governos de centrão com a extrema-direita a avançar, como sucede nos países onde liberais, verdes e socialistas se revezam em coligações, lutamos por transformar a esquerda numa força hegemónica a partir da rutura com a ordem liberal, com capacidade de disputar o terreno do medo, nos temas do clima, da guerra e da igualdade de género, bem como para conquistar novos patamares de proteção social e acesso a direitos. Para impedir o crescimento das forças neofascistas, que estão em vias de receber o encargo da aplicação do programa neoliberal, a nossa hipótese é um pólo socialista e popular à altura de responder à frustração social causada pela governação do centro. A França Insubmissa demonstra que essa possibilidade está aberta.

Fechou-se o ciclo de oito anos de António Costa. E agora, face a um governo do PSD, seja mais precário ou mais estabilizado, o tempo do Bloco é para construir uma oposição política e social que conjugue a iniciativa unitária máxima com a potência de um programa próprio e de uma prática distinta na luta.

À saída das eleições de março, o quadro é ainda incerto. O que valem o “não é não” de Montenegro ao Chega? E o “não é não” de Pedro Nuno Santos aos orçamentos do PSD? Até outubro, haveremos de saber. O que já sabemos é o significado da iniciativa unitária máxima contra a direita: erguer uma minoria de bloqueio a qualquer retrocesso constitucional e ampliar o arco da oposição social e política a todos os recuos, a começar pela alteração do regime fiscal a favor dos ricos e do capital. Haverá rija disputa entre Montenegro e Ventura pelos favores do poder económico e queremos a mais ampla frente na resistência a essa ofensiva.

Máxima iniciativa unitária também contra o Chega. Aqui, é central o papel dos movimentos, a começar pelos dos setores sociais que mais sentirão a mudança do ambiente político e do espaço público sob o efeito da “legitimação” eleitoral da agressividade racista, misógina, homo/transfóbica. Nem um passo atrás: quando faltar maioria no parlamento, não faltará a maioria social nas ruas contra o neofascismo.

A unidade, motivo da ronda de reuniões com os partidos de oposição que o Bloco promoveu em março, será a nossa cor nas manifestações do cinquentenário do 25 de abril. Serão mobilizações históricas do nosso povo, o povo da esquerda que não esquece nem desiste do projeto de país que a revolução desejou.

Sem memória não há cravos

por **Ackssana Silva, Socióloga**

Repensar as sociedades pós-coloniais tem sido um exercício constante para militantes antirracistas. As estruturas sociais e institucionais, herdadas pelos processos de Escravatura e Colonialismo, corroboram as práticas racistas que perpetuam desigualdades seculares.

É a partir da premissa - é necessário descolonizar a sociedade - que convido à reflexão acerca dos 50 anos do 25 de abril, uma data marcadamente simbólica e transformadora da sociedade portuguesa e não só. No entanto, é de elementar importância afirmar que, a Revolução dos Cravos, é uma data que tem na sua origem vários eventos que possibilitaram a sua concretização, em 1974. Algumas pessoas, ao longo das décadas, circunscrevem este evento como apenas um facto da realidade portuguesa, sem referir e homenagear todas as pessoas que contribuíram para a celebração das cinco décadas da liberdade.

Recorro ao pensamento de Amílcar Cabral para sustentar a reflexão - "Conscientes do facto de que a libertação dos nossos países depende principalmente da acção dos nossos próprios povos, da sua unidade, da sua capacidade de organização e de preparação para a luta, estamos firmemente decididos a desenvolver o nosso combate". (*in Guiné-Bissau: Nação africana forjada na luta*)

Sabemos que, do chão comum criado pelos e pelas combatentes pela liberdade no continente africano, despoletaram as mais radicais imaginações, que nos relembram que o empobrecimento das populações africanas foi a mais engenhosa façanha imperialista-burguesa para condicionar a organização de massas. É deste processo endémico do capitalismo que nasceu e se desenvolveu o extrativismo e a expropriação dos territórios africanos para a dominação colonial. Este é o início da grande história falseada sobre as ocupações europeias, costuradas no rebranding colonial e racista, denominada erroneamente de "descobrimientos". Assim, tal como Portugal domina a arte da calcetagem, o regime colonial português burilou e esculpiu na pedra mentiras, ocultando todos os crimes de genocídio dos povos indígenas que lá viviam, recusando-se também a discutir todos os efeitos nefastos que causou às populações africanas.

Os vários tipos de resistências presentes nos escritos de Cabral conduzem-nos para as estratégias políticas, sociais

e culturais que estão na origem da derrota e do derrube do regime fascista português. Nos anos 70, o grupo musical "Voz de Cabo Verde" interpretou uma letra composta por José Carlos Schwarz, grande músico, compositor, poeta e combatente pela liberdade guineense, com o título "Combatentes P.A.I.G.C", no álbum denominado "Independência". Cito as primeiras palavras desta canção - "Si tuga lembra, durba sê governo(se os tugas se lembrarem derrubamos o seu governo)/ Viva combatente P.A.I.G.C(...)"

A afirmação - o 25 de abril nasceu em África- é um bom ponto de partida para derrubar a invisibilização que tentam inculcar, como forma de negação da raiz materialista do processo do 25 de abril de 1974. Esta confrontação de narrativas torna-se importante, já que este exemplo - como tantos outros, presentes na literatura, nas músicas e nas histórias orais dos países africanos - confirma que a celebração do 25 de abril deve ser pensada e enquadrada como um projecto amplo e agregador. Neste sentido, a declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau, decretada pelos e pelas combatentes pela liberdade no dia 24 de setembro de 1973, deve ser sublinhada como um dos actos que mais contribuiu para que, poucos meses depois, o regime fascista fosse derrubado em Portugal.

Se olharmos para os processos coloniais que dizimaram e destruíram as civilizações existentes antes das ocupações europeias no continente africano, encontramos sempre, segundo a lente das teorias ocidentais, triunfos retumbantes das potências colonizadoras. As histórias de resistência e os processos colectivos de luta não constam nos livros e no imaginário colectivo europeu. Deste modo, é oportuno referir que as lutas de libertação pela emancipação dos territórios ocupados pelas potências colonizadoras não foram convenientemente debatidas nem tratadas, nos diversos discursos e documentos ocidentais elaborados em torno do tema.

É provável que, para uma grande maioria de pessoas, figuras como Amélia Araújo, Miriam Makeba, Josina Machel, Titina Silá, Amílcar Cabral, Thomas Sankara, Frantz Fanon, e tantas outras, que lutaram contra a Escravatura e o Colonialismo, tenham surgido já numa fase mais adulta das suas vidas. Se é que alguma vez surgiram. Principalmente quando estamos organizadas em movimentos sociais de esquerda, este detalhe é muito importante. É motivo suficiente para questionar: qual foi a razão pela qual a esquerda ocidental não abraçou convenientemente a luta antirracista nas sociedades pós-coloniais?

Há factos que ainda hoje continuam a estar fora da memória mais imediata. Muito se fala sobre as celebrações do 25 de abril, mas poucas pessoas saberão que, a 25 de abril de 1989, a então Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e combatente pela liberdade guineense, Carmen Pereira, discursou na Sessão solene comemorativa da Revolução dos Cravos.

Facto é que crescer na diáspora africana é sinónimo de confrontações diárias entre a esfera privada e pública. Por um lado, as músicas e as personalidades presentes nas nossas casas contam uma história de resistência e de luta dos povos africanos. Por outro, as figuras presentes no espaço público retratam a desumanização a que estes foram sujeitos.

A cultura é algo reconstrutor da personalidade e da identidade das pessoas negras, sobretudo daquelas que vivem nas diásporas. Podemos, então, afirmar que essa cultura é um veículo importante e um ponto de disputa para as narrativas que aqui trago para a reflexão. A disputa cultural em torno da memória permite-nos fazer leituras críticas da condição das pessoas negras, que nasceram e/ou cresceram nas várias diásporas africanas. Podemos olhar para este processo histórico como a continuação de acontecimentos passados que, de algum modo, coloca-nos à prova de outra forma, com mais ou menos avanços, mas sempre em conexão com as formas de herdar esse passado.

Novamente, recorro a uma música para falar sobre a história das pessoas negras e africanas em Portugal. Ildo Lobo, cantor cabo-verdiano, na música *Alto Cutelo*, empresta a sua voz para narrar a história das pessoas trabalhadoras cabo-verdianas contratadas e exploradas pelas principais indústrias,- *"Pâ bai pa Lisboa é bendi sê terra/ metâdi di preço/ Ali tá trabadja na tchuba na bento/na frio/ Na CUF, na Lisnave e na JPimenta"* (Para ir para Lisboa vendeu a sua terra/ a metade do preço/ Para trabalhar à chuva, ao vento ao frio, na CUF, na Lisnave e na JPimenta).

Poderia mencionar outras tantas canções e músicas, que são autênticas revoluções cantadas, com uma enorme sofisticação sonora e lírica, mas este exemplo é bastante ilustrativo sobre o empobrecimento a que as pessoas negras estão sujeitas há várias décadas, bem como acerca da desumanização dos seus corpos, para servir à exploração laboral. Na história deste país continuam ausentes estas pessoas, que contribuíram e continuam a contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural de um Portugal supostamente democrático.

Pensar na história das grandes mobilizações das pessoas trabalhadoras, sem mencionar todo racismo estrutural que deixaram estas pessoas e as suas famílias sem direitos, sobretudo direitos de cidadania para as gerações que nasceram nas décadas de 80 e 90, são formas de não se fazer justiça à realidade dos movimentos sociais, com consequências que perduram até ao presente. Falamos de gerações que são consideradas estrangeiras no país onde nasceram e cresceram.

O reconhecimento, o direito à memória e as homenagens por fazer têm constituído um debate árduo em Portugal, porque as narrativas coloniais e neocoloniais que colocam a tónica na hospitalidade e nos brandos costumes portugueses, continuam a perpetuar desigualdades múltiplas e violências quotidianas.

Em nenhum espaço de luta são aceitáveis declarações de intenções vazias, que nunca serão concretizadas. Ninguém é figurante da sua própria vida, nem será um adereço simbólico para que os outros se aproveitem das suas lutas. O combate e a confrontação de narrativas são um campo político que nunca deve ser abandonado e, nessa medida, reivindicamos o direito à memória e ao reconhecimento, porque a luta contra o racismo estrutural nada mais é do que um combate ao capitalismo e às suas estruturas.

Para que os nossos cravos não murchem, devemos tirá-los da lapela e alimentar as suas sementes com as lutas que ainda nos faltam aprofundar.

Vararam-te no corpo e não na força
e não importa o nome de quem eras
naquela tarde foste apenas corça
indefesa morrendo às mãos das feras.

Mas feras é de mais. Apenas hienas
tão pútridas e fétidas tão cães
que na sombra te farejam as algemas
do nome agora morto que tu tens.

Morreste às mãos da tarde mas foi cedo
Morreste por que não às mãos do medo
que a todos pôs calados e cativos

Por essa tarde havemos de vingar-te
por essa morte havemos de cantar-te:
para nós não há mortos. Só há vivos.

"Soneto escrito na morte de todos os antifascistas assassinados pela PIDE",
José Carlos Ary dos Santos

*Essa gente dominada por essa gente
não sente como a gente
não quer
ser dominada por gente*

NENHUMA!

*A gente
só é dominada por essa gente
quando não sabe que é gente*

"Essa gente / Essa gente", Anna Hatherly

Se havemos de morrer, que não seja como porcos,
caçados e encurralados num lugar inglório,
enquanto à nossa volta ladram os cães ferozes e famintos
a escarnecer o nosso maldito destino.

Se havemos de morrer, que morramos nobremente,
para que não se derrame o nosso precioso sangue
em vão; que até mesmo os monstros que desafiamos
sejam forçados a honrar-nos se estivéssemos mortos!
Oh, irmãos! Lutemos contra o nosso mesmo inimigo!
Embora sejamos em menor número, mostremo-nos bravos,
e contra seus mil golpes revidemos com um só mortal!
Que importa se já nos aguarda a tumba aberta?
Enfrentemos como homens a assassina e covarde matilha,
e, contra a parede, morramos, porém, lutando.

"Se havemos de morrer", Claude McKay

Andaré Tchuisco vai à arrecadação da prisão, traz uma lata de tinta branca e um velho pincel. E com amplos gestos ele espalha largas demãos sobre a parede. A cada pincelada, a paisagem do quarto se lava. Não há sangue, não há desordem. Não é só o morto que se esvai: a própria morte desvanece. O cego sente que seus olhos se tornam mais inundáveis. Como se abrisse um imenso pátio onde toda a luz se espraiasse. E sente que a prisão, a cada pincelada, se vai dissolvendo, a pontos de total inexistência. Como se o pincel que empunhasse fosse areia, na mão do vento, apagando pegadas no deserto.

"Não há sangue, não há desordem", Mía Couto

*A minha história
é outra
e começa agora*

*Estou sempre
a começar*

Adília Lopes

Os ricos nunca perdem a jogada
Nunca fazem um erro. Espiam
E esperam os erros dos outros
São hábeis e sábios
Têm uma longa experiência do poder
E quando não podem usar a própria força
Usam a fraqueza dos outros
E ganham

Tecem uma grande rede de estratagemas
Uma grande armadilha invisível
E devagar desviam o inimigo para o seu
terreno
Para o sacrificar como um toiro na arena.

"Fragmentos de «Os Gracos»", Sophia de Mello Breyner